

Rodrigo López Zilio

Direito Eleitoral

8ª edição

Revista, ampliada
e atualizada

2022

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – CONCEITO e CLASSIFICAÇÃO	27
CAPÍTULO 2 – AUTONOMIA.....	29
CAPÍTULO 3 – FONTES DO DIREITO ELEITORAL	31
1. Constituição Federal	31
2. Tratados internacionais.....	32
3. Lei das Inelegibilidades.....	33
4. Lei das Eleições	33
5. Lei dos Partidos Políticos	34
6. Código Eleitoral.....	34
7. Lei de Transporte e Alimentação.....	35
8. Resolução	35
CAPÍTULO 4 – INTERPRETAÇÃO DO DIREITO ELEITORAL	39
CAPÍTULO 5 – PRINCÍPIOS DE DIREITO ELEITORAL	43
1. Princípio democrático.....	44
2. Princípio da soberania popular	44
3. Princípio da representatividade	45
4. Princípio republicano	45
5. Princípio da celeridade	46

6.	Princípio da preclusão	46
7.	Princípio da isonomia	46
8.	Princípio da verdade eleitoral	47
9.	Princípio da normalidade e legitimidade das eleições.....	47
10.	Princípio da anualidade ou anterioridade eleitoral.....	48
CAPÍTULO 6 – A JUSTIÇA ELEITORAL.....		55
1.	Tribunal Superior Eleitoral	56
2.	Tribunal Regional Eleitoral	57
3.	Juízes Eleitorais	59
4.	Junta Eleitoral.....	61
5.	Atribuições da Justiça Eleitoral: a função administrativa, normativa-regulamentadora, julgadora e consultiva	61
CAPÍTULO 7 – O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL.....		65
1.	Introdução.....	65
2.	Procurador-Geral Eleitoral	67
3.	Procurador Regional Eleitoral.....	67
4.	Promotor Eleitoral.....	68
5.	Regulamentação do Ministério Público Eleitoral.....	69
CAPÍTULO 8 – SISTEMAS ELEITORAIS		73
1.	Sistema Majoritário.....	73
1.1.	Sistema majoritário de maioria simples ou relativa	74
1.2.	Sistema majoritário de maioria absoluta	74
2.	Sistema Proporcional	75
CAPÍTULO 9 – NULIDADES		83
1.	Introdução.....	83
2.	Da nulidade dos votos: art. 175, §§3º e 4º CE.....	86

3.	Do art. 16-A da LE.....	87
4.	Da nulidade da eleição: art. 224 CE.....	89
CAPÍTULO 10 – DIREITO PARTIDÁRIO.....		97
1.	Introdução.....	97
2.	Natureza jurídica do partido político e mandado de segurança contra ato de dirigente partidário	98
3.	Criação e registro e participação na eleição.....	99
3.1.	Criação e registro	99
3.2.	Requisitos para participação na eleição.....	102
4.	Liberdade de criação, autonomia e os preceitos constitucionais.....	109
4.1.	Liberdade de criação e autonomia.....	109
4.2.	Preceitos constitucionais	112
4.2.1.	Caráter nacional	112
4.2.2.	Proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes.....	112
4.2.3.	Funcionamento parlamentar	112
4.2.4.	Prestação de contas dos partidos políticos.....	113
4.2.5.	Recursos do Fundo Partidário.....	117
4.2.6.	Outros recursos	127
5.	Responsabilidade partidária, fusão, incorporação e extinção dos partidos políticos	141
6.	Coligação	144
7.	Federação partidária	147
8.	Cláusula de barreira.....	151
9.	Fidelidade partidária.....	152
10.	Competência	160

CAPÍTULO 11 – DOS DIREITOS POLÍTICOS.....	163
1. Introdução.....	163
2. Sufrágio e voto.....	168
3. Da capacidade eleitoral	170
CAPÍTULO 12 – CAPACIDADE ELEITORAL ATIVA.....	171
1. Introdução.....	171
2. Alistamento eleitoral.....	174
3. Transferência.....	180
4. Segunda via.....	180
5. Cancelamento	181
6. Revisão do eleitorado	184
CAPÍTULO 13 – CAPACIDADE ELEITORAL PASSIVA.....	187
CAPÍTULO 14 – CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE.....	189
1. Introdução.....	189
2. Nacionalidade brasileira (art. 14, § 3º, I, da CF).....	190
3. Pleno exercício dos direitos políticos (art. 14, § 3º, II, da CF).....	192
3.1. Cancelamento da naturalização	193
3.2. Incapacidade civil absoluta.....	194
3.3. Condenação criminal transitada em julgado	196
3.4. Recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa.....	203
3.5. Improbidade administrativa.....	206
4. Alistamento eleitoral (art. 14, §3º, III, da CF).....	209
5. Domicílio eleitoral (art. 14, §3º, IV, da CF)	209
6. Filiação partidária (art. 14, § 3º, V, da CF).....	211

7. Idade mínima (art. 14, §3º, VI, da CF)	225
CAPÍTULO 15 – CONDIÇÕES DE REGISTRABILIDADE	229
CAPÍTULO 16 – INELEGIBILIDADE	231
1. Introdução	231
2. Breve nota acerca da elegibilidade	231
3. Breve nota acerca do elemento nuclear da inelegibilidade.....	232
4. Distinção entre condições de elegibilidade e hipóteses de inelegibilidade.....	233
5. O registro de candidatura: breve análise das divergências da Teoria Clássica e da Teoria do Fato Jurídico	234
6. Bases teóricas para um conceito adequado de inelegibilidade no direito brasileiro.....	238
7. Aspectos materiais da inelegibilidade.....	239
7.1. Na Constituição Federal.....	241
7.2. Na Lei Complementar nº 64/1990	254
7.2.1. Modificações relevantes da Lei Complementar nº 135/2010	256
7.3. Causas de inelegibilidade da Lei Complementar nº 64/90	270
8. Desincompatibilização	349
CAPÍTULO 17 – INABILITAÇÃO	351
CAPÍTULO 18 – PROCESSO ELEITORAL	355
CAPÍTULO 19 – CONVENÇÃO PARTIDÁRIA	357
1. Generalidades: autonomia partidária; omissão no estatuto; conflito de convenções	357
2. Prazo de realização e deliberação.....	360
3. Registro em livro e ata.....	364

4.	Candidatura nata	366
5.	Utilização de prédios públicos.....	366

CAPÍTULO 20 – REGISTRO DE CANDIDATURA..... 367

1.	Generalidades: natureza jurídica, rito, candidatura coletiva e pré-candidato vs candidato.....	367
2.	Número de vagas e reserva por gênero	375
3.	Vagas remanescentes	379
4.	Prazo.....	380
5.	Documentos.....	380
6.	Diligências	388
7.	Substituição.....	389
8.	Homonímia.....	393

CAPÍTULO 21 – PROPAGANDA POLÍTICA 397

1.	Introdução.....	397
2.	Propaganda partidária	399
2.1.	Da propaganda partidária gratuita	400
3.	Propaganda intrapartidária.....	405
4.	Propaganda eleitoral.....	406
4.1.	Introdução: noções gerais.....	406
4.2.	Prazo inicial da propaganda eleitoral	411
4.3.	Propaganda extemporânea ou antecipada	412
4.4.	Promoção pessoal e propaganda eleitoral.....	415
4.5.	Excludentes de propaganda eleitoral antecipada: art. 36-A da LE	415
4.5.1.	Art. 36-A, inciso I, da LE.....	426
4.5.2.	Art. 36-A, inciso II, da LE.....	427
4.5.3.	Art. 36-A, inciso III, da LE.....	427
4.5.4.	Art. 36-A, inciso IV, da LE.....	428

4.5.5.	Art. 36-A, inciso V, da LE.....	430
4.5.6.	Art. 36-A, inciso VI, da LE.....	431
4.5.7.	Art. 36-A, inciso VII, da LE.....	431
4.6.	Procedimento para apuração da propaganda eleitoral irregular	431
4.7.	Poder de polícia	438
4.8.	Modalidades de propaganda eleitoral	443
4.8.1.	Propaganda em <i>outdoors</i>	443
4.8.2.	Propaganda em bens particulares	444
4.8.3.	Propaganda em bens públicos.....	448
4.8.4.	Propaganda nas dependências do Poder Legislativo.....	455
4.8.5.	Propaganda eleitoral em recinto aberto ou fechado.....	456
4.8.6.	Propaganda mediante o uso de alto-falantes ou amplificadores de som e comícios	456
4.8.7.	Showmícios.....	458
4.8.8.	Propaganda mediante panfletagem	461
4.8.9.	Propaganda eleitoral na imprensa escrita.....	463
4.8.10.	Propaganda eleitoral no rádio e televisão.....	469
4.8.11.	Debates.....	475
4.8.12.	Propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão.....	478
4.8.13.	Propaganda eleitoral na internet.....	495
4.8.14.	Propaganda eleitoral no dia da eleição	514
22 – DIREITO DE RESPOSTA		517
23 – PESQUISAS ELEITORAIS.....		525
24 – FINANCIAMENTO DE CAMPANHA E PRESTAÇÃO DE CONTAS		533
1.	Introdução.....	533
2.	Da arrecadação	535

2.1.	Despesas de campanha. Responsabilidade.....	535
2.2.	Administração financeira da campanha. Informações financeiras e contábeis. Responsabilidade.....	536
2.3.	Limites dos gastos de campanha. Contabilização. Valores máximos de gastos. Sanções	537
2.4.	Comitês financeiros.....	539
2.5.	Conta bancária específica	539
2.6.	Arrecadação de recursos financeiros de campanhas	542
2.7.	Doações de recursos financeiros: formas legais.....	557
2.8.	Recibo eleitoral.....	560
2.9.	Doações: limites legais e representação por descumprimento.....	560
2.10.	Arrecadação de recursos de campanha. Prazos	565
2.11.	Fontes vedadas: art. 24 da LE.....	566
2.12.	Recursos de origem não identificada.....	568
2.13.	Gastos eleitorais: art. 26 da LE.....	568
2.14.	Contratação de pessoal para prestação de serviços de campanha eleitoral: art. 100-A da LE.....	572
2.15.	Gastos de apoio de eleitor: art. 27 da LE	576
2.16.	Descumprimento das normas de arrecadação e aplicação de recursos. Sanção ao partido.....	577
3.	Prestação de contas.....	578
3.1.	Introdução e princípios do processo de prestação de contas	578
3.2.	Dos obrigados a prestar contas	579
3.3.	A prestação de contas parcial na internet	580
3.4.	Dispensa de comprovação na prestação de contas.....	582
3.5.	Da assunção de débitos pelos partidos políticos.....	583
3.6.	O prazo de encaminhamento da prestação de contas.....	585
3.7.	A prestação de contas simplificada	585
3.8.	O processo de prestação de contas	587

3.9.	O julgamento da prestação de contas	588
3.10.	Da sobra de recursos financeiros	593
25 – ELEIÇÃO	595	
1.	Introdução	595
2.	Garantias eleitorais	595
3.	Lei seca	596
4.	Dia da eleição e abertura do comércio.....	596
5.	Requisição da força federal	597
6.	Atos preparatórios das eleições	597
6.1.	Local de votação.....	597
6.2.	Seções eleitorais.....	598
6.3.	Mesa receptora	598
6.4.	Votação	600
6.5.	Apuração.....	604
26 – DIPLOMAÇÃO	607	
1.	Diplomação	607
2.	Posse	610
27 – CONTENCIOSO JUDICIAL ELEITORAL	611	
1.	Introdução.....	611
1.1.	Breves observações sobre os procedimentos eleitorais e o art. 96-B da Lei nº 9.504/1997.....	617
1.2.	Súmula-TSE nº 62.....	620
1.3.	Art. 23 da LC nº 64/1990.....	621
1.4.	Dos abusos não tipificados	623
1.5.	O reconhecimento da existência de interesses ou direitos transindividuais eleitorais	625
1.6.	A aplicação subsidiária do novo CPC em matéria eleitoral	627

2.	Ação de impugnação ao registro de candidatura – AIRC	630
2.1.	Introdução	630
2.2.	Objetivo	631
2.3.	Competência	631
2.4.	Prazo para o ajuizamento	632
2.5.	Preclusão	633
2.6.	Legitimidade, litisconsórcio e assistência.....	634
2.7.	Capacidade Postulatória	641
2.8.	Questões procedimentais	642
2.8.1.	Petição Inicial	642
2.8.2.	Contestação	643
2.8.3.	Julgamento antecipado da lide ou instrução	645
2.8.4.	Alegações.....	647
2.8.5.	Sentença	647
2.8.6.	Recurso	656
3.	Recurso contra expedição do diploma – RCED.....	660
3.1.	Fundamento legal	660
3.2.	Objetivo	661
3.3.	Prazo	661
3.4.	Hipóteses de cabimento	662
3.4.1.	O RCED na concepção originária do Código Eleitoral.....	662
3.4.2.	O RCED e a Lei nº 12.891/2013.....	663
3.5.	A prova pré-constituída	668
3.6.	Competência e procedimento	669
3.7.	Legitimidade.....	670
3.8.	Efeitos	671
4.	Ação de investigação judicial eleitoral – AIJE	672
4.1.	Considerações iniciais e fundamento legal.....	672

4.2.	Hipóteses de cabimento	673
4.3.	Competência	679
4.4.	Procedimento	679
4.5.	Bem jurídico	693
4.6.	Prazo de ajuizamento.....	696
4.7.	Legitimidade	697
4.8.	Sanções.....	702
4.9.	Recurso e efeitos.....	705
5.	Ação de impugnação de mandato eletivo – AIME	709
5.1.	Fundamento legal, autoaplicabilidade, prazo, segredo de justiça e litigância de má-fé	709
5.2.	Objetivo	712
5.3.	Hipóteses de cabimento	712
5.4.	Preclusão	717
5.5.	Bem Jurídico	717
5.6.	Legitimidade	719
5.7.	Competência	721
5.8.	Procedimento	721
5.9.	Sanções.....	724
5.10.	Recursos e efeitos	726
6.	Captação ilícita de sufrágio (art. 41-A da LE)	727
6.1.	Fundamento legal	727
6.2.	Conceito: elementos de configuração.....	727
6.3.	Legitimados ativos.....	733
6.4.	Legitimado Passivo (sujeito ativo da conduta).....	734
6.5.	Lapso de incidência da norma (e da ação)	735
6.6.	Procedimento e bem jurídico tutelado	736
6.7.	Competência	738
6.8.	Sanções.....	738

6.9.	Recurso: prazo e efeitos.....	740
7.	Condutas vedadas.....	741
7.1.	Introdução	741
7.2.	Bem jurídico	742
7.3.	Legitimados	743
7.4.	Competência	745
7.5.	Sanções.....	745
7.6.	Procedimento	749
7.7.	Recurso: prazo e eficácia	750
7.8.	Lapso de ajuizamento da representação	751
7.9.	Lapso temporal de incidência das hipóteses legais.....	752
7.10.	As hipóteses materiais do art. 73 da Lei n° 9.504/1997	754
7.11.	A hipótese material do art. 74 da Lei n° 9.504/1997.....	799
7.12.	A hipótese material do art. 75 da Lei n° 9.504/1997.....	800
7.13.	A hipótese material do art. 77 da Lei n° 9.504/1997.....	801
8.	Captação e gastos ilícitos eleitorais	804
8.1.	A representação pelo art. 30-A da LE	804
8.2.	Hipóteses de cabimento	805
8.3.	Para fins eleitorais.....	813
8.4.	A representação pelo art. 30-A da LE e a prestação de contas	814
8.5.	Bem jurídico e a responsabilização do candidato infrator	816
8.6.	Procedimento e competência.....	819
8.7.	Prazo de ajuizamento.....	819
8.8.	Legitimados	822
8.9.	Sanções.....	823
8.10.	Recurso: prazo e efeitos.....	823
9.	Ação rescisória eleitoral.....	824
9.1.	Introdução	824

9.2.	Hipóteses de cabimento	825
9.3.	Constitucionalidade.....	827
9.4.	Competência, prazo, procedimento e legitimidade.....	827
28	– RECURSOS	831
1.	Introdução.....	831
2.	Dos efeitos dos recursos eleitorais	831
3.	Do prazo dos recursos eleitorais	832
4.	Da prevenção	834
5.	Do prejulgado.....	834
6.	Da irrecorribilidade das decisões interlocutórias e das decisões administrativas	835
7.	Dos recursos eleitorais perante as Juntas e Juízos Eleitorais.....	835
8.	Dos embargos de declaração	838
9.	Dos recursos contra decisões do Tribunal Regional Eleitoral	839
10.	Dos recursos contra decisões do Tribunal Superior Eleitoral.....	844
29	– DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL PENAL ELEITORAL.....	847
1.	Crimes eleitorais: generalidades	847
1.1.	Crimes Eleitorais: conceito e bem jurídico	849
1.2.	Crimes eleitorais: natureza jurídica	849
2.	Competência	850
2.1.	Aspectos gerais.....	850
2.2.	Conexão	851
2.2.1.	Crime eleitoral e crime federal.....	851
2.2.2.	Crime eleitoral e crime militar.....	853
2.2.3.	Crime eleitoral e crime doloso contra a vida.....	854
2.3.	O Juiz das Garantias no Direito Eleitoral.....	854
2.4.	Prerrogativa de foro	856
2.5.	Ato infracional eleitoral.....	865

2.6. Crimes em “ambiente eleitoral”	866
3. Os institutos despenalizadores no direito penal eleitoral: a transação penal, a suspensão condicional do processo e o acordo de não persecução penal	866
4. O princípio da insignificância nos crimes eleitorais	869
5. Aplicação subsidiária do Código Penal nos crimes eleitorais.....	870
6. Localização dos crimes eleitorais	871
7. Classificação e divisão dos crimes eleitorais.....	872
8. Conceito de funcionário público	873
9. A pena mínima abstrata genérica	874
10. Causas de agravamento e atenuação em limites expressos.....	875
11. As espécies de penas dos crimes eleitorais.....	877
12. Crimes eleitorais e Lei de Imprensa.....	880
13. Imunidade eleitoral.....	880
13.1. Da audiência de custódia nos crimes eleitorais.....	884
13.2. Da prisão cautelar nos crimes eleitorais	885
14. Da gravação ambiental como meio de prova nos ilícitos eleitorais ...	887
15. Crime eleitoral e responsabilidade penal do diretório do partido político.....	890
16. Procedimento penal eleitoral	891
16.1. Generalidades.....	891
16.2. Polícia judiciária eleitoral	892
16.3. Ação penal eleitoral	895
16.3.1. O arquivamento do inquérito policial eleitoral	897
16.4. Procedimento para os crimes apurados perante o Juiz Eleitoral.....	898
16.4.1. Da denúncia.....	899
16.4.2. Da apresentação de defesa.....	904
16.4.3. Da instrução e do depoimento pessoal.....	906
16.4.4. Das alegações finais	908

16.4.5. Da sentença e dos recursos	909
16.5. Procedimento para os crimes de competência originária dos tribunais.....	913
30 – CRIMES ELEITORAIS EM ESPÉCIE	919
BIBLIOGRAFIA	1059